

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.450.800 - SP (2019/0042648-5)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : PEDRO FELICIO ANDRE
ADVOGADO : JOSÉ TADEU DE CHIARA E OUTRO(S) - SP041753
AGRAVADO : EDUARDO ANTONIO ANDRE
AGRAVADO : ELIZABETH MESQUITA ANDRE
AGRAVADO : STELLA REGINA DOS SANTOS ANDRE
AGRAVADO : JOÃO CYRO ANDRÉ
ADVOGADOS : JOAQUIM DE ALMEIDA BAPTISTA - SP013405
SONIA MARCIA HASE DE A BAPTISTA - SP061528
EDSON DE LIMA - SP096692
LUIZ DE ALMEIDA BAPTISTA NETO - SP306300

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC.** CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. VIOLAÇÃO AO ART. 489, § 1º, II, DO NCPC NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 835 E 846 DO NCPC E 16 DA LEI 9779/1999. PRETENSÃO RECURSAL FUNDADA NA VIOLAÇÃO DO 50 DO CC/02 QUE ESBARRA NA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E NESSA EXTENSÃO NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo de instrumento que deu origem ao presente recurso, pode-se aferir que EDUARDO ANTONIO ANDRÉ e outros (EDUARDO e outros) ajuizaram ação de reintegração de posse contra MARCENARIA ESTRELA DA PENHA LTDA. (MARCENARIA), julgada procedente.

Iniciado o cumprimento de sentença foi apresentada impugnação pela executada.

Foi prolatada decisão que rejeitou a impugnação e manteve a desconsideração jurídica da empresa determinando que os executados efetuassem o pagamento do débito exequendo e a penhora de bens nas dependências da pessoa jurídica.

Contra essa decisão foi interposto agravo de instrumento por PEDRO FELÍCIO ANDRÉ assim apreciado pelo Tribunal estadual:

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DEFERIDA AGRAVO DE INSTRUMENTO - Cumprimento de sentença Decisão que deferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica do executado Encerramento irregular das atividades da empresa Caracterização de abuso da personalidade jurídica - Possível confusão patrimonial Decisão mantida.

- Alegação de excesso de execução Não acolhimento Permanência na posse do imóvel que gerou os débitos cobrados, cujo cálculo foi homologado O agravante não logrou demonstrar que o cálculo apresentado não obedece a tabela de atualização monetária do TJSP.

- Copropriedade que não tem o condão de reduzir 1/4 do valor do débito, porque o acordo homologado se referiu à permanência na integralidade da posse do imóvel, portanto, o valor do aluguel foi fixado em relação a 3/4 do imóvel - Decisão mantida.

Recurso não provido (e-STJ, fl. 243).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 287/291).

PEDRO interpôs recurso especial com base o art. 105, III, *a*, da CF, sob a alegação de violação dos arts. 489, § 1º, II, 835 e 846 do NCPC e 50 do CC/02 e 16 da Lei 9779/1999, pelos fundamentos assim sintetizados (1) ausência de fundamentação no acórdão recorrido; (2) não ficaram comprovados os pressupostos autorizadores da desconsideração da personalidade jurídica previsto no art. 50 do CC/02; (3) excesso de execução; (4) a Receita Federal é quem possui competência para reconhecer a situação jurídica de inatividade.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, 325/336).

O Tribunal local inadmitiu o apelo nobre por (1) não ter sido demonstrada a infringência aos preceitos legais arrolados; (2) incidir a Súmula nº 7 do STJ.

PEDRO ingressou com agravo em recurso especial sustentando (1) a decisão agravada é carente de fundamentação; (2) a matéria debatida do recurso é exclusivamente de direito, passando a reiterar na íntegra, os fundamentos do recurso especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 375/386).

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da alegada violação do art. 489, §1º,II, do NCPC

No ponto, a insurgência é sustentada no argumento de que o Tribunal estadual não enfrentou de forma fundamentada de que ficou certificado pelo Oficial de Justiça a existência de maquinário penhorável no interior da empresa e impossibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, pois comprovada a inatividade da empresa desde 2009, não podendo se falar em fechamento de fato ou outra irregularidade.

Pois bem.

O Tribunal enfrentou de forma clara e expressa a questão consignand
que:

No tocante aos embargos do agravante, não se vislumbra, da decisão embargada, nenhum resquício de contradição, omissão, obscuridade ou erro material, ausentes, portanto, os requisitos expressos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil.

Analizou-se a matéria à luz dos limites colocados pela questão debatida, pois a decisão embargada trouxe argumentação suficientemente clara para demonstrar em que sentido a matéria foi decidida.

O decisum bem enfrentou a questão do abuso da personalidade jurídica.

E o encerramento irregular das atividades da empresa foi comprovado pelo próprio embargante, com o documento juntado nos embargos, uma vez que comprova a desativação da empresa em 2009, sem a liquidação de seu passivo.

Ademais, não há provas de que o "grande maquinário" é de propriedade do embargante, que sequer indicou tais bens para penhora.

O que se denota dos embargos, data vênia, é seu provável caráter infringente, consubstanciado na nítida pretensão de rediscutir o julgado, com a reforma do v. Acórdão, o que é inadmissível nesta fase recursal.

Posto isso, rejeitam-se os embargos das partes (e-STJ, fls. 290/291).

Como se pode ver, a matéria foi examinada e decidida pelo acórdão impugnado que apresentou os fundamentos nos quais sustentou suas conclusões, não se cogitando de violação ao preceito acima citado.

(2) Da violação dos arts. 835 e 846 do NCPC e 16 da Lei 9779/1999

No ponto, observa-se que os preceitos citados não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, ressentindo-se do necessário prequestionamento, pressuposto inafastável ao conhecimento do apelo nobre.

Acrescente-se, que é exigência contida na própria previsão constitucional de interposição do recurso especial que a matéria federal tenha sido decidida em única ou última instância.

Não basta à parte discorrer sobre o dispositivo legal que entende infringido. É imprescindível que a Corte recorrida tenha emitido juízo de valor sobre o referido preceito, o que não ocorreu na hipótese examinada.

Acrescente-se, ademais, que os referidos dispositivos legais não foram nem sequer objeto dos embargos de declaração opostos pela parte.

No caso, incidem as Súmulas nºs 282 e 356 do STF.

(3) Da alegada violação ao art. 50 do CC/02

O Tribunal local entendeu configurados os requisitos autorizadores à aplicação da desconsideração da personalidade jurídica nos seguintes termos:

E como bem observado pelo r. despacho recorrido, a desconsideração da personalidade jurídica da executada somente foi deferida após diversas diligências na tentativa de localização de bens penhoráveis, todas infrutíferas, além de ter certificado o Oficial de Justiça que a empresa se encontrava com as portas fechadas e sem atividade, com grande quantidade de maquinário em seu interior, sendo necessária autorização para arrombamento (fl. 177).

Os fatos narrados demonstram abuso da personalidade jurídica com provável confusão patrimonial e de tentativa de fraude com intuito de se furtar do pagamento de dívida que perdura há mais de 20 anos.

Além disso, o desvio de bens da pessoa jurídica é circunstância que denota a prática de atos com violação do contrato social e da lei, tudo a determinar a superação ou a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade executada e o reconhecimento da responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada dos sócios (...). (e-STJ, fl. 246).

Nesse passo, rever as conclusões do julgado recorrido à luz da fundamentação deduzida no apelo nobre encontra óbice na Súmula nº 7 do STJ.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER PARCIALMENTE** do recurso especial e nessa extensão **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § º do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator